

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

PROJETO DE LEI Nº 1.823 , DE 2011

Assegura à mulher, na condição de chefe de família, o direito de aquisição de terras públicas.

Autora: Deputada Sandra Rosado

Relator: Deputado Dr. Jorge Silva

COMPLEMENTAÇÃO DE VOTO

I - RELATÓRIO

A ilustre Deputada Sandra Rosado, através da Proposição supranumerada, pretende instituir em lei avulsa o que entende como “assegurar à mulher, na condição de chefe de família o direito de aquisição de terras públicas, em processo desapropriatório ou ações discriminatórias.”

Alega em defesa de sua tese:

“A Constituição Federal de 1988, no artigo 5º, inciso I, garante que “homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição”. O artigo 226, § 5º, por sua vez, assevera que “os direitos e deveres referentes à sociedade conjugal são exercidos igualmente pelo homem e pela mulher”. Finalmente, o artigo 189, parágrafo único, no tocante aos beneficiários da distribuição de imóveis rurais pela reforma agrária, dispõe que “o título de domínio e a concessão de uso serão conferidos ao homem ou à mulher, ou a ambos,

021DDFEF25

021DDFEF25

independentemente do estado civil, nos termos e condições previstos em lei”.

Assim sendo, atendendo ao preceito constitucional, esta proposta visa assegurar à mulher, na condição de chefe de família, o direito de aquisição de terras nos programas de reforma agrária.”

A esta Comissão de Seguridade Social e Família compete analisar o mérito da proposta, sendo a apreciação conclusiva (art. 24, II do Regimento Interno).

Não foram apresentadas emendas, no prazo regimental.

É o Relatório.

II - VOTO DO RELATOR

A igualdade entre homens e mulheres é preceito que dita as regras de todo o nosso direito.

Após séculos de opressão, a mulher conseguiu, nas civilizações democráticas, a igualdade de direitos com os homens.

Há muitos direitos que ainda precisam ser igualmente usufruídos, como o direito ao mesmo salário, quando na iniciativa privada exercerem elas a mesma função, com os mesmos encargos.

O argumento trazido à baila pela própria autora, quando fez menção ao art. 189 da Constituição Federal, é de suma importância:

“CAPÍTULO III

DA POLÍTICA AGRÍCOLA E FUNDIÁRIA E DA REFORMA AGRÁRIA

Art. 189. Os beneficiários da distribuição de imóveis rurais pela reforma agrária receberão títulos de domínio ou de concessão de uso, inegociáveis pelo prazo de dez anos.

021DDFEF25
021DDFEF25

Parágrafo único. O título de domínio e a concessão de uso serão conferidos ao homem ou à mulher, ou a ambos, independentemente do estado civil, nos termos e condições previstos em lei.”

É preceito inquestionável e inderrogável pela legislação infraconstitucional e é autoaplicável.

Temos de levar em consideração, ainda, que a Lei 8.629, de 25, de fevereiro de 1993, que dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal, assegurou, em seu artigo 19, que o título de domínio e a concessão de uso serão conferidos ao homem ou à mulher, ou a ambos, independentemente de estado civil.

Em que pese ao exposto acima, cremos que o Voto em Separado da nobre Deputada Jandira Feghali merece acolhida pela forma judiciosa como o apresentou, e que incorporamos ao nosso Voto:

“Sob uma perspectiva de gênero, o texto constitucional avança ao estabelecer tal possibilidade, mas, conforme indicado pelo próprio relator, “a reforma agrária brasileira chama a atenção em termos de sua relativamente baixa parcela de beneficiárias ao comparar-se com outros países latino-americanos”.

Isso porque, o que se observa na prática não é o respeito ao princípio constitucional da isonomia. Infelizmente, em nosso País, as mulheres ainda sofrem todo tipo de discriminação, seja com relação a salários, ao exercício de determinadas atividades e também na situação de chefe de família.

Neste sentido o projeto é meritório ao consolidar o respeito à mulher estabelecido como norma jurídica no texto constitucional, obrigando o Poder Público a tratar a mulher chefe de família de forma igualitária, quando se apresentar para a aquisição de terras públicas. Trata-se, na verdade, de uma política afirmativa necessária uma vez que a isonomia prevista na Constituição Federal não se traduziu ainda em efetiva garantia. O Projeto é, portanto, benéfico para a

021DDFEF25

021DDFEF25

sociedade e revela-se como um instrumento de garantia do respeito aos direitos e garantias fundamentais, corolário sagrado do direito moderno.

Lembro, por fim, que Projeto de Lei com o mesmo teor – PL 3.142/04, já foi aprovado, por unanimidade, por esta Comissão em 18 de maio de 2005. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania também mereceu aprovação unânime, em 31 de maio de 2006. Tendo sido encaminhada ao Senado Federal foi arquivada por não ter sido analisada naquela Casa até o final da Legislatura. Louvável, pois, a iniciativa da nobre autora ao reapresentar o tema para o debate.

Contemplando, ainda, as contribuições do ilustre Deputado Dr. Rosinha, Presidente desta E. Comissão, do nobre Deputado Mandetta e da ilustre Deputada Jandira Feghali, e do Ministério da Reforma Agrária, apresentamos, em anexo, uma emenda ao projeto.

Desse modo, nosso voto é pela aprovação do PL nº 1.823, de 2011, com a emenda em anexo.

Sala da Comissão, em de de 2013.

Deputado Dr. Jorge Silva
Relator

021DDFEF25
021DDFEF25

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

PROJETO DE LEI Nº 1.823 , DE 2011

Assegura à mulher, na condição de chefe de família, o direito de aquisição de terras públicas.

EMENDA

Dê-se ao art. 1º do projeto a seguinte redação:

"Art. 1º É assegurado à mulher, na condição de chefe de família, o direito de ser beneficiária do Programa Nacional de Reforma Agrária e Regularização Fundiária, sendo-lhe deferida a titularidade do imóvel."

Sala da Comissão, em de de 2013.

Deputado Dr. Jorge Silva